

**30 e 31 de maio e 1º de junho**

## 72 horas de

# paralisação nacional

PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS APROVOU A REALIZAÇÃO DE TRÊS DIAS DE PARALISAÇÃO EM TODO O PAÍS. SERVIDORES VÃO EXIGIR O CUMPRIMENTO DO ACORDO QUE PÔS FIM À GREVE DE 2005, A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO. NO DIA 1º DE JUNHO, HAVERÁ MANIFESTAÇÃO EM BRASÍLIA E O SINSPREV VAI ORGANIZAR CARAVANA

Foto Manoel Messina



**Assembléia** realizada no dia 18 de abril aprovou o indicativo de paralisação de 72 horas

**Sinsprev vai organizar caravana a Brasília e paralisação em reunião dia 25, às 15 horas, no sindicato**

Página 3

**Paralisação também vai questionar "alta programada" e condições de trabalho na Saúde e INSS**

Página 4

### **Ato contra a Barbárie**

Acontece neste próximo dia 29 (segunda-feira), às 19 horas, um ato contra a barbárie que vem sendo perpetrada no Estado de São Paulo. A manifestação acontece na Faculdade de Direito da USP e reunirá personalidades como os juristas Celso Antônio Bandeira de Melo, Fábio Konder Comparato, o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, João Pedro Stédile (do MST), José Maria de Almeida e outros. O Sinsprev estará presente.

# Parar pela Carreira melhores condições

**PLENÁRIA DA FENASPS MARCOU PARALISAÇÃO COM OBJETIVO DE FORTALECER A LUTA PELA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA - QUE, ENTRE OUTROS PONTOS, INCLUI A REGULAMENTAÇÃO DA JORNADA DE 30 HORAS PARA TODOS -, PELO PAGAMENTO DOS 47,11% (PCCS) NA SAÚDE E PARA PÔR FIM AO CAOS NA ESTRUTURA DA SAÚDE E DO INSS**

Com a participação de 120 delegados e 22 observadores representando 19 estados, a plenária da federação nacional (Fenasps) realizada no dia 12 de maio último decidiu construir uma paralisação nacional de 72 horas nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho. A mobilização vai exigir melhores condições de trabalho, a implementação do Plano de Carreira reivindicado pela categoria e o cumprimento do acordo que encerrou a greve realizada em 2005 - que significaria o envio de um projeto de lei ao Congresso Nacional para regulamentar o pagamento do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) aos trabalhadores da Saúde em 12 parcelas ao longo de seis anos, nos meses de março e dezembro. A primeira parcela dos 47,11% de recomposição salarial a que os trabalhadores da Saúde têm direito desde 1987 deveria ter sido paga no mês de março, mas até agora nada.

O projeto de lei que autoriza o pagamento sequer foi enviado ao Congresso Nacional até hoje. Da mesma forma que na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o governo Lula não cumpriu os acordos feitos com essa parcela da categoria.

### **Sem mobilização, os 47,11% não vão sair**

Em reunião realizada também no dia 12 com o secretário executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Marco Aurélio de Oliveira, foi feita nova promessa não cumprida. Marco Aurélio afirmou que o Ministério buscaria resolver o acordo junto à Casa Civil da Presidência da República

e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para encaminhar o projeto de lei à Câmara dos Deputados até o último dia 18, o que não ocorreu. O secretário executivo disse ainda que, caso o projeto de lei não avançasse, haveria a possibilidade de edição de uma medida provisória para assegurar o pagamento aos servidores. As promessas se mostram todas uma grande enrolação. Participaram da reunião representantes da Fenasps e da CNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social).

### **Governo segue tentando enrolar também no reajuste e na carreira**

Até agora, também não foi apresentada nenhuma definição concreta do governo Lula sobre o plano de carreira dos servidores da Seguridade Social e da Saúde. Assim como o governo federal não apresentou nenhuma proposta de reajuste para o funcionalismo federal nas reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) que têm acontecido.

Na semana passada a Fenasps encaminhou ao governo a proposta da categoria para implementação do Plano de Carreira do Seguro Social. A proposta defende a regulamentação da jornada de 30 horas na Saúde e na Previdência, a incorporação de todas as gratificações e o fim das avaliações de desempenho, o acesso ao serviço público exclusivamente por concurso, entre outras medidas há mais de 20 anos reivindicadas pela categoria. A apresentação do documento foi outra resolução da plenária da Federação,



*Manifestação dos Servidores Federais em Brasília*

que também aprovou elaborar uma cartilha sobre Plano de Carreira a ser distribuída a toda a categoria no país.

Também será realizado um encontro nacional com os setores da Seguridade Social dos estados e municípios para discutir a importância de unificar todo o ramo do Seguro Social na luta pela implementação da carreira.

### **Luta também por melhores condições de trabalho**

A luta dos servidores nesses três

dias de paralisação é também contra as péssimas condições de trabalho nos hospitais, unidades do INSS e na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O aumento no horário de atendimento das Agências da Previdência Social não vai acabar com as filas, só piora as condições de trabalho dos servidores. Já na Saúde, a falta de funcionários se soma à falta de equipamentos, remédios e instalações adequadas nos hospitais e nas demais unidades que atendem pelo SUS.

de 72 horas

# ira, os 47,11% e ções de trabalho



## Construir a unidade com outras categorias do funcionalismo

Outras categorias do serviço público federal estão em greve (como no Inbra e no Ibama) ou se organizando para retomar paralisações (como os trabalhadores do Banco Central). Todas essas categorias cobram do governo Lula o cumprimento de acordos feitos em 2005.

A plenária da Cnesf (Coordenação Nacional das Entidades dos Servido-

res Federais) realizada no dia 13, em Brasília, deu início a um processo de rearticulação das entidades e do debate sobre a necessidade de um índice e uma pauta de reivindicações unitária e comum.

A greve na Seguridade deve ser também parte do processo de unificação das lutas do funcionalismo federal.

## Locais de trabalho devem se reunir

Para fortalecer a mobilização o Sinsprev - que já aprovou em assembléia estadual realizada no dia 18 de maio a paralisação por 72 horas - está organizando discussões com a categoria nos locais de trabalho.

Todos os locais de trabalho (da Saúde, do INSS e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária) devem realizar reuniões e organizar a paralisação.

É fundamental discutir a realização de atividades nas regiões, construir a

divulgação da paralisação nos órgãos de imprensa locais (o sindicato disponibilizará um modelo de comunicado à imprensa que estará disponível na página da internet a partir do dia 26, em [www.sinsprev.org.br](http://www.sinsprev.org.br)) e conversar com os usuários.

Além disso, é fundamental que todas as unidades estejam representadas na reunião que acontecer no dia 25 de maio (quinta-feira), às 15 horas, no sindicato.

### COMANDO ESTADUAL DE GREVE

## Reunião dia 25 vai preparar caravana e organizar a luta

### TODOS OS LOCAIS DE TRABALHO DEVEM MANDAR REPRESENTANTES

A direção do Sinsprev chama toda a categoria a, além de realizar reuniões nos locais de trabalho para discutir as atividades da paralisação e a caravana a Brasília, participar da reunião do comando estadual de greve e mobilização. A reunião acontecerá a partir das 15 horas do próximo dia 25 de maio (quinta-feira).

Na atividade, o sindicato deverá distribuir a todos os representantes dos comandos locais uma carta aberta a ser distribuída para a população usuária, adesivos e demais materiais para ajudar na organização da paralisação.

A reunião também vai

discutir como será construída a mobilização em São Paulo - se haverá manifestações por local de trabalho ou se a categoria fará um protesto centralizado de todo o Estado.

Também será organizada a participação dos servidores de São Paulo na caravana a Brasília que a federação nacional (Fenasps) está chamando para a realização de uma grande manifestação em Brasília, na Esplanada dos Ministérios. Os interessados em participar da caravana - que sairá no dia 29 de maio (segunda-feira) - devem entrar em contato com o sindicato.

**Reunião do Comando Estadual de Greve**  
25 de maio - 15 horas - no sindicato  
(Rua Senador Felício dos Santos, 404 - Aclimação)  
Informações pelo telefone: (11) 3207-9344

## Campanha Salarial

# Paralisação no INSS também vai combater “alta programada”

LULA PROMETEU ACABAR COM AS FILAS, MAS ESTÁ ACABANDO MESMO É COM A PACIÊNCIA DOS SEGURADOS E SERVIDORES, ALÉM DE TER PIORADO AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E PRESSIONAR OS TRABALHADORES PELO AUMENTO DA JORNADA

A extensão do horário de atendimento aos usuários nas agências do INSS, implantada no início deste ano de maneira eleitoreira pelo governo Lula com a argumentação mentirosa de que as filas acabariam até abril, aprofunda ainda mais os problemas enfrentados pela categoria e pelos segurados.

As filas não diminuíram e o segurado agora é obrigado a ficar por mais horas aguardando atendimento. Enquanto o governo não aumentar o número de servidores - através da realização de concursos públicos - não se resolverá a situação do atendimento. Na verdade, vai se aprofundando o caos devido ao deslocamento de servidores que fazem o serviço interno - concepção e análise de benefícios por exemplo - para a linha de frente do atendimento, prejudicando o andamento dos processos.

Há anos, a categoria luta por dois turnos de trabalho, com jornada de 30 horas para os servidores e maior tempo de atendimento à população. Só assim serão melhoradas as condições para trabalhadores e usuários.

A defassagem nacional de funcionários no INSS passa hoje da casa dos 20 mil. Mas, ao contrário, o governo não contrata e ainda cria maiores dificuldades para os segurados obterem seus benefícios.

Além das mudanças na legislação, que fazem os segurados terem de retornar diversas vezes aos postos, agora com a chamada “alta programada” - sistema implantado em agosto do ano passado que obriga os trabalhadores a voltarem ao trabalho num prazo pré-estabelecido ainda que não estejam

curados - a vida dos usuários está ficando ainda mais difícil e colocando ameaças até mesmo físicas para os servidores (muitas vezes agredidos nos postos por trabalhadores desesperados). Aqueles que têm que dar nova entrada em pedidos de benefícios, correndo o risco de serem demitidos ou perderem o salário por pelo menos um mês, chegam às raias do desespero e às vezes agredem os servidores e médicos.

Essa realidade, além de dividir ainda mais os trabalhadores do setor público e do setor privado, que são colocados em “lados opostos” na arena da retirada de direitos de ambos, é mais uma forma de desmonte da Seguridade Social. E nossa paralisação deve enfrentar e derrotar também mais essa mazela.

## SAÚDE

### Derrotar a retirada de benefícios

SINDICATO ORGANIZARÁ AÇÕES CONTRA A SUSPENSÃO DO AUXÍLIO TRANSPORTE DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

Dando continuidade à política do governo Lula de atacar os servidores públicos contando com a conivência de dirigentes de órgãos que forjam interpretações de seus expedientes perversos, trabalhadores do Núcleo do Ministério da Saúde em São Paulo foram surpreendidos com uma ação inédita e isolada em relação a outros estados. “Em nome de cumprimento de determinação da CGU (Controladoria Geral da União) o Núcleo retirou o auxílio transporte dos servidores que se locomovem do trabalho-casa e casa-trabalho em veículo próprio e utilizam a garagem do prédio, alegando que só fazem jus ao benefício os servidores que usam transporte coletivo urbano. Exigiram ainda que estes servidores assinassem declaração de uso de automóvel particular.

Os representantes do órgão entendem que esta foi uma opção dos trabalhadores, o que não é fato. A diretoria do sindicato em audiência na 9 de julho se posicionou contra a medida. Os valores recebidos a

título de auxílio transporte foram anteriormente declarados pelos servidores, com trajeto e prova de residência. E não existem critérios de distância na regulamentação do benefício.

Os dirigentes do órgão já estão encaminhando memorando a todos os locais de trabalho para que esta conduta seja aplicada também nas unidades da capital e interior.

A luta unitária dos que usam automóvel e também dos que não têm porque historicamente os ataques parciais visam a retirada do direito de todos futuramente, como comprova a experiência já vivida pela categoria no caso do auxílio alimentação.

O Sinsprev protocolou documento no Núcleo do MS exigindo o relatório da auditoria da CGU de 2005 e, de posse dos contra-cheques dos servidores que tiveram prejuízo, ajuizará ação judicial para reverter esta arbitrariedade. Os servidores não devem assinar nenhuma declaração, que poderá se tornar uma armadilha contra um direito adquirido desde 1998.

## ANVISA

### Vigilância Sanitária pode retomar greve

GOVERNO AINDA NÃO APRESENTOU SOLUÇÕES PARA AS DISTORÇÕES SALARIAIS NEM CUMPRIU ACORDO QUE SUSPENDEU A PARALISAÇÃO

Na plenária da federação nacional (Fenasps) realizada no dia 12 de maio também aprovada orientação para que os servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realizem assembleias nos estados. Esse segmento da categoria discute a retomada da greve por tempo indeterminado devido ao fato do governo não ter cumprido o acordo que encerrou a greve iniciada no dia 21 de fevereiro - que durou mais de dois meses.

Apesar de ter pago, no dia 10, os salários dos servidores, que estavam ameaçados de corte de ponto, o governo Lula não apresentou soluções para as distorções salariais existentes na Anvisa. Assim como não

foi apresentado nada de concreto em relação às demais reivindicações dos trabalhadores da Agência.

As direções da Fenasps e dos sindicatos estaduais também vão denunciar à Ordem dos Advogados, à CNBB, à Federação dos Jornalistas e ao Congresso Nacional o des-caso do governo Lula para com os trabalhadores da Anvisa.

E orientam os trabalhadores a não participar das forças-tarefa para liberação de cargas - que fará com que sejam responsabilizados pelas autorizações. A orientação da Fenasps é para que os trabalhadores liberem nos portos e aeroportos apenas os produtos essenciais à vida, como medicamentos.

**JORNAL DO SINSPREV** é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo. **Jornalista responsável:** Luciana Araujo (MTb: 39715) **Editoração Eletrônica:** Orliano Trindade da Cunha (Leon). **Fotolitos e Impressão:** Editora Forma Certa. **Tiragem:** 18 mil exemplares. **Endereço:** Rua Senador Felício dos Santos, 404 - São Paulo - SP - CEP: 01511-010 - Aclimação - Fone: 11-3207-9344. **E-mail:** sinsprev@uol.com.br. **Site:** www.sinsprev.org.br

**DIRETORIA COLEGIADA - ADMINISTRAÇÃO:** Denise Maria Solimar Diana, Gilceli Leite Lima, Josias de Jesus; **APOSENTADOS:** Edna Lopes Rosa, Maria Aparecida Vicente Assencio, Gilberto Silva; **ASSUNTOS JURÍDICOS:** Sandro Paulo Sabbauskas, Gilmar Rodrigues Miranda, Maria das Graças Alves Candido; **CULTURAL E POLÍTICAS SOCIAIS:** Irene Guimarães dos Santos, Tereza Aparecida da Costa, Eli Nunes dos Santos Rossignatti; **DELEGACIAS E NÚCLEOS:** Sílvia Helena Garcia Barreto, Cláudio José Machado, Maria do Carmo Simões de Oliveira; **FINANÇAS:** Deise Lucia do Nascimento, Regina Célia Porfírio de Lima Silva, Nair Assis de Oliveira; **FORMAÇÃO POLÍTICA E RELAÇÕES INTER-SINDICAIS:** Rita de Cássia Pinto, João Maia, Néelson Novaes Rodrigues; **IMPrensa E DIVULGAÇÃO:** Fábio Antonio Arruda, José Rubens Decares, Higino de Souza Pacanaro; **SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:** Vinicius Vasconcelos, Rita de Cássia Assis Bueno, Felipe Antonio Neto; **SUPLENTEs:** Flávio Milton de Souza, Inez Alquati, Vanessa Marques Castilho Hachuy, Marcelo Gomes de Santana, Maria Angelita da Silva; **CONSELHO FISCAL:** Leandro Gomes Zamboni, Gilberto Santos, Márcia Antonia P. Puerro, Simone dos Santos, Maria do Carmo Damaceno; **SUPLENTEs DE CONSELHO FISCAL:** Odalina Bueno de Camargo, José Elesbão Souza dos Santos.